



O cenário dos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro

Oportunidade para o Brasil

Para especialistas, a flexibilização da lei que restringe a compra de terras no país atrairia o capital externo

» RAPHAEL PATI
» DANANDRA ROCHA

Em um contexto de juros altos e redefinição de alianças no âmbito global, a flexibilização da política restritiva sobre a venda de terras estrangeiras no agronegócio pode ser um bom caminho para o Brasil, na avaliação do diretor da LCA Consultoria Econômica Bráulio Borges. Para o especialista, a conjuntura recente traz oportunidades ao país, embora seja necessário considerar os riscos.

“A gente está em um ambiente de juro alto e a gente conviveu de 2010 até meados de 2023 com juro baixo lá fora. Era mais fácil alocar capital, investidor estrangeiro aceitava mais risco. Hoje, o patamar de juro cobrado, por exemplo, nos EUA, está em torno de 4,5% a 5% no papel longo”, explicou o diretor durante o *CB Fórum: O cenário dos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro*, realizado pelo *Correio Braziliense*. “Então, hoje, existe muito mais seletividade para escolher capitais. Por outro lado, aparentemente, os EUA estão querendo expulsar muito capital da economia norte-americana e, obviamente, o Brasil aparece como um candidato a receber uma parte desses recursos que vão acabar saindo dos EUA”, completou Borges.

O diretor ressaltou, durante o segundo painel do evento, que tratou sobre os investimentos estrangeiros em terras rurais, que o Brasil tem uma economia deficitária, com uma baixa taxa de poupança doméstica, o que gera uma necessidade de atrair recursos de outros países. Diante disso, Borges considerou determinados cenários hipotéticos para o futuro, em caso de flexibilização ou de restrição ainda maior da abertura para investimento estrangeiro em terras brasileiras.

Em um dos resultados, ele afirmou que, a cada 1% do PIB a mais de investimento estrangeiro direto no país, há um crescimento adicional de 3% na economia nacional. Em um cenário realista, ele considera que o Brasil pode garantir um incremento de R\$ 88 bilhões no PIB em apenas um ano e meio. Já em uma avaliação mais otimista, esse crescimento poderia ultrapassar os R\$ 400 bilhões em recursos adicionais para o país.

Dividendos

No mesmo painel, o economista e consultor da LCA Consultoria Econômica Bernardo Gouthier destacou a importância desses investimentos para a estabilidade cambial do país, mas alertou para os impactos da remessa de dividendos ao exterior. Ele reforçou a necessidade de condicionar tanto a propriedade fundiária quanto o investimento estrangeiro, considerando os impactos econômicos dessas movimentações.

“A propriedade fundiária, assim como o investimento estrangeiro, precisa estar condicionada. Existem questões relevantes do ponto de vista econômico, estamos falando aqui de questões de balanço cambial, sobretudo de contas externas, isso é importante para que a gente tenha condições de ter desenvolvimentos sustentáveis”, afirmou.

Para o economista, o desenvolvimento do país sempre foi afetado por dificuldades cambiais, e a presença estrangeira na economia brasileira deve ser analisada com cautela. “O nosso desenvolvimento sempre foi truncado por dificuldades cambiantes. Então, a propriedade estrangeira, qualquer ativo, gera fluxos negativos de dividendos também. Ela leva fluxos positivos de receita quando a atividade é exportadora. Ela, na origem, tem investimento direto, mas ela também gera fluxos de remessa de dividendos que compõem a parte de nosso balanço

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Muito se fala que a compra de terras por estrangeiros pode prejudicar a segurança alimentar. Quanto mais nós exportamos, maior é o consumo per capita no país, isso serve para soja, milho, trigo, grãos, em geral”

Eustáquio Vieira, Pesquisador do Ipea



Os EUA estão querendo expulsar capital da economia norte-americana. O Brasil aparece como um candidato a receber parte desse recurso”

Bráulio Borges, diretor da LCA



A propriedade fundiária, assim como o investimento estrangeiro, precisa estar condicionada”

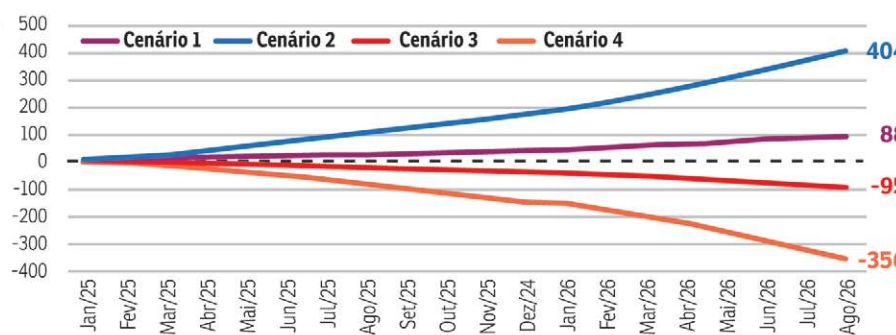
Bernardo Gouthier, consultor da LCA

Investimento rentável

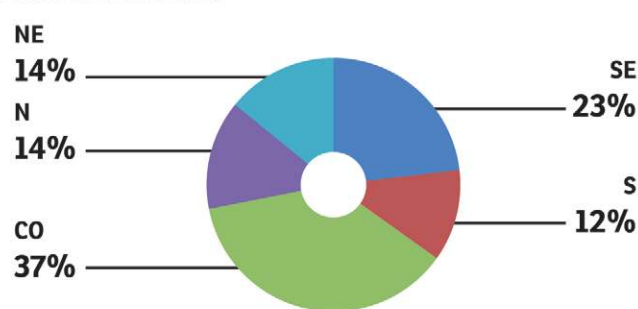
Os recursos provenientes do exterior são um importante fator para o crescimento econômico nacional. Segundo especialistas, o aumento de apenas 1% na razão entre investimentos diretos no país (IDP) e o PIB pode gerar crescimento de até 3% na atividade econômica.

CAMINHOS OPOSTOS

Um estudo da LAC Consultoria Econômica projeta diferentes cenários considerando as restrições a investimentos estrangeiros em setores intensivos em terras. Em caso de modernização da legislação, o impacto acumulado sobre o PIB pode superar **R\$ 404 bilhões** em um horizonte até 2026. Em um cenário pessimista, as perdas podem chegar a **R\$ 356 bilhões**. A projeção leva em conta o montante de investimentos no primeiro trimestre de 2024.



ÁREA DOS IMÓVEIS DE ESTRANGEIROS — REGIÕES DO BRASIL (3,8 milhões de hectares)



Fonte: LCA Consultoria Econômica, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

cambial também”, explicou.

Gouthier alertou que é fundamental encontrar um equilíbrio nessas operações, garantindo que os fluxos financeiros gerados sejam compatíveis com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico nacional. “Então, [é necessário] haver um equilíbrio para que esses fluxos sejam compatíveis com a sustentabilidade

do desenvolvimento”, concluiu.

O consultor explicou que, embora os investimentos estrangeiros tenham sido essenciais para fechar as contas externas do Brasil, a remessa de lucros para outros países impacta a balança cambial. Segundo ele, é necessário um modelo regulatório que assegure que esses fluxos financeiros não comprometam o crescimento econômico.

O debate sobre a regulação

da propriedade fundiária por estrangeiros tem sido intensificado nos últimos anos, especialmente em setores estratégicos para o Brasil. Gouthier ressaltou que, embora a presença do capital externo seja crucial para a modernização do agronegócio e de outras indústrias, o país precisa garantir que esses investimentos sejam produtivos e tragam benefícios concretos para a economia.

R\$ 88 BI

É quanto o investimento estrangeiro em terras pode acrescentar ao PIB em 1 ano e meio

Tecnologia impulsiona crescimento

» RAPHAEL PATI

Responsáveis por praticamente metade de todas as exportações brasileiras, os produtos agropecuários tiveram um relevante crescimento de produção nas últimas décadas. Para o pesquisador e economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Eustáquio Vieira, uma parte substancial desse avanço é consequência da importação de novas tecnologias e métodos científicos inovadores.

“O que faz a produção crescer não é a terra em si, mas a tecnologia. Havia a discussão de como o Brasil ia fazer a produção crescer. Havia aqueles que pensavam que a distribuição de terras ia fazer a produção crescer, mas havia aqueles que acreditavam no investimento em ciência e tecnologia”, explicou o pesquisador durante o *CB Fórum*.

Em meio às discussões sobre os ganhos ou riscos que o Brasil pode ter com os investimentos estrangeiros no agro nacional, o pesquisador considera que a abertura do mercado nacional para tecnologias de fora possibilitou que o país multiplicasse em 10 vezes a produção de alimentos desde a década de 1970 e expandisse as áreas de produção para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Atualmente, o agro representa um terço do PIB, 25% dos empregos e 50% de todas as exportações do país.

Por conta disso, embora o economista considere que é necessário preservar determinadas áreas, como fronteiras e o bioma amazônico, ele considera que uma flexibilização na lei atual que restringe a compra de terras por estrangeiros pode ser benéfica para a produção brasileira, visto que a maior parte dos insumos depende mais de fatores tecnológicos do que de terras ou mão de obra para se expandir.

O especialista cita a insegurança jurídica no setor como um entrave para o investimento. Ainda hoje prevalece a Lei 5.709, de 1971, que restringe a venda de terras para pessoas físicas e jurídicas do exterior. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 342, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), questiona essa lei.

Evolução

Para o pesquisador, é necessário considerar que o agronegócio no Brasil no século XXI é muito diferente do que existia há 50 anos. Além da evolução tecnológica, o aumento da participação das exportações no agro brasileiro, ao contrário do que se imaginava, não prejudicou a segurança alimentar no país, de acordo com o especialista. Pelo contrário, enquanto as exportações de soja cresceram de 3,7 milhões de toneladas, em 1990, para 97,4 milhões de toneladas, em 2022, no mesmo período o consumo per capita no Brasil passou de 94,6 kg por habitante para 252,4 kg/habitante.

“O maior programa de redistribuição de renda que o Brasil fez foi a redução do preço da cesta básica de 1970 até hoje, algo em torno de 75%, segundo alguns estudos que já fizemos”, destacou Vieira. “Muito se fala que a compra de terras por estrangeiros pode prejudicar a segurança alimentar. Quanto mais nós exportamos, maior é o consumo per capita no país, isso serve para soja, milho, trigo, grãos, em geral, ou seja, quanto mais exportarmos, maior vai ser a segurança alimentar no nosso país”, acrescentou.